

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

Metodologia para análise e mensuração de contingência trabalhista.

Tarcisio Picon Soares

Projeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.

Versão de 30.09.2019

1. Tema, contexto e modelo de pesquisa predominante

O escopo do projeto de pesquisa é discutir e propor métodos de análise qualificada e jurídica de demandas trabalhistas com o objetivo de proporcionar uma padronização adequada do contingenciamento contábil sob a perspectiva específica do advogado em sua função de perito aprofundando conceitos não abordados na regulamentação existente.

Ainda, a intenção do trabalho é produzir resultados que possam impactar a atuação empresarial, em diversos aspectos, como:

- Maior segurança do passivo previsto, para:
 - Planejamento estratégico empresarial
 - Due Diligence
 - Possibilitar a análise mais profunda e confiável por auditorias autônomas, diante de padrões pré-estabelecidos
- Análise para fornecer mais dados para o cliente decidir sobre os caminhos adotados no processo contencioso.

2. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

- I. Quais os métodos usuais para atuação do advogado como perito, conforme CPC 25, para a definição da análise de risco o contingenciamento de demanda judicial? Existe regulamentação específica para a área trabalhista?
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Bibliografia contábil e jurídica sobre o tema
 - ii. Artigos científicos
 - iii. Entrevistas com:
 1. Responsáveis pela contabilidade de empresas
 2. Gerentes de Departamentos Jurídicos In house

- II. A área trabalhista demanda regulamentação específica? Quais são as lacunas identificadas na regulamentação sobre o tema? Quais são as consequências da ausência de regras para contingenciamento específico de demandas trabalhistas?
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Entrevistas com:
 - 1. Responsáveis pela contabilidade de empresas
 - 2. Gerentes de Departamentos Jurídicos In house
 - 3. Advogados/Sócios responsáveis pelo setor trabalhista de bancas relevantes
 - ii. Bibliografia contábil e jurídica sobre o tema
- III. Qual o impacto da forma e regulação atual da avaliação do passivo contencioso trabalhista no balanço contábil?
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Entrevistas com:
 - 1. Responsáveis pela contabilidade de empresas
 - 2. Gerentes de Departamentos Jurídicos In house
 - 3. Advogados/Sócios responsáveis pelo setor trabalhista de bancas relevantes
 - ii. Bibliografia contábil e jurídica sobre o tema
- IV. Qual é impacto hoje do passivo trabalhista em Due Diligence e após a conclusão de um M&A? Como é o nível de confiabilidade e como este passivo é analisado
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Entrevistas com:
 - 1. Advogados
 - 2. Responsáveis pela contabilidade de empresas
 - 3. Gerentes de Jurídicos In house
- V. Pode ser o advogado responsabilizado por avaliação inadequada da análise do risco das demandas trabalhistas?
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Jurisprudência direta e análoga
- VI. Como, e se, as empresas hoje aplicam correções ou implementam melhorias na gestão empresarial e de pessoas diante dos resultados das demandas trabalhista?
 - a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Entrevistas com:
 - 1. CFO's e diretores empresariais responsável pela gestão da empresa

2. Responsáveis pela contabilidade de empresas
3. Gerentes de Jurídicos In house

VII. Qual a metodologia e os critérios sugeridos para a existência de padronização e regulação sobre o tema?

- a. As fontes a serem consultadas serão:
 - i. Regulação e legislação em vigor
 - ii. Consolidação das entrevistas e informações colhidas
 - iii. Estudo analítico de banco de dados de contencioso já existente para apurar:
 1. métodos adequados
 2. tendências estatísticas
 3. possibilidade de atuação diante de resultados

3. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

A relevância, caráter inovador e potencial de impacto se dá diante da ausência de metodologias padronizadas e regulamentações específicas sobre o assunto, havendo o espaço a ser preenchido para melhor atuação jurídica e entrega de relatórios mais confiáveis e precisos com o potencial de impactar a atuação empresarial no âmbito interno e em relação a terceiros, bem como aumentar o conhecimento das próprias ações a fim de ajustar a condução políticas e estratégias de gestão empresarial e adoção de teses mais relevantes em demandas trabalhistas.

4. Familiaridade do pesquisador com o objeto da pesquisa

O pesquisador atua a quase dez anos na área trabalhista contenciosa, exclusivamente na área empresarial, com a implementação de técnicas de análise de dados, com ferramentas tecnológicas, e jurimetria a pelo menos 5 anos, com banco de dados de mais 2000 processos entre ativos e encerrados.

5. Bibliografia preliminar

- Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304 CPC 25 rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2013.pdf).
- Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida – Responsabilidade Civil do Advogado e da Sociedade de Advogados nas Auditorias Jurídicas – São Paulo : Quartier Latin, 2005.

Sumário

Introdução

1. Metodologia
2. Contexto da singularidade de demandas trabalhistas
 - 2.1. Qual a relevância no estudo de contingenciamento especificamente de demandas trabalhistas
 - 2.2. Natureza dos pedidos em Reclamações Trabalhistas
3. Legislação e Regulamentação quanto aos critérios de contingenciamento e circularização de demandas judiciais
 - 3.1. Conceitos
 - 3.1.1. Passivos, passivos contingentes e provisões
 - 3.1.2. Análise de risco de contencioso judicial
 - 3.1.3. Balanço e exercício social
 - 3.2. Impacto contábil na empresa de acordo com a classificação de risco de contencioso judicial
 - 3.3. Análise de risco em demandas trabalhistas
4. Análise e avaliação crítica
 - 4.1. Ausência de regulação específica para demandas judiciais trabalhistas
 - 4.2. Consequências da inexistência de padronização e metodologia específica no tema
 - 4.2.1. Quanto ao balanço contábil
 - 4.2.2. Em operações de M&A
 - 4.2.3. Na realização de auditorias e Due Diligence
 - 4.2.4. Na relação de confiança entre cliente e advogado
 - 4.3. Aspectos relevantes na análise do conteúdo das demandas trabalhistas
 - 4.4. Características e formas de padronização e classificação de pleitos
 - 4.5. Análise da estrutura processual de demandas trabalhistas e fatos processuais impactantes na análise de risco
 - 4.6. Justificativa de padronização de metodologia de análise de risco
 - 4.7. Discussão sobre necessidade de aprimoramento da regulamentação sobre o tema
 - 4.8. Principais riscos e como podem ser mitigados
5. Conclusão e recomendações
 - 5.1. Resumo
 - 5.2. Proposta de padrão de metodologia
 - 5.3. Proposta de alteração complementação regulatória
 - 5.4. Limitações do trabalho, questões em aberto e oportunidades de pesquisa futura